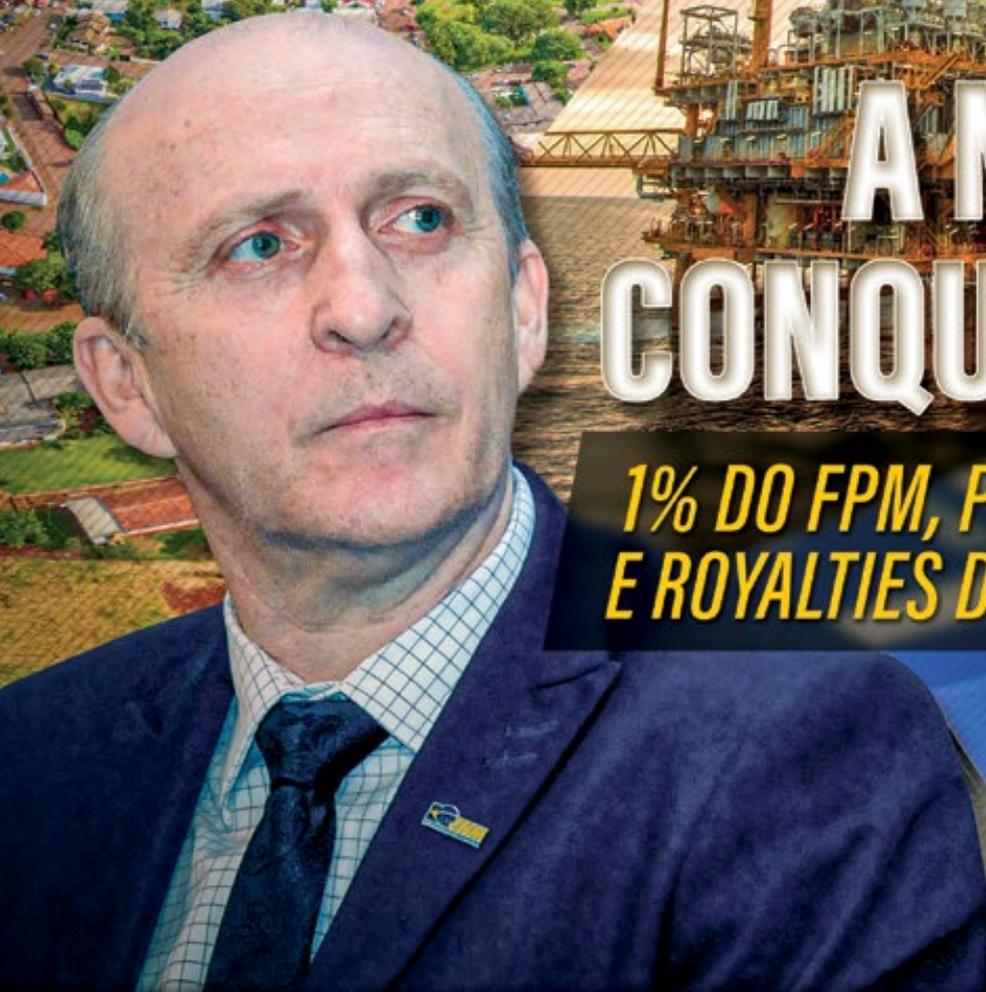


BOLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • julho de 2019

RUMO A NOVAS CONQUISTAS

**1% DO FPM, PREVIDÊNCIA
E ROYALTIES DO PETRÓLEO**



Palavra do presidente

A forte articulação no Congresso Nacional sempre moveu as ações do movimento municipalista. Na Câmara e no Senado, o movimento atua diretamente pela aprovação de matérias que melhorem a qualidade de vida da população de nossos Municípios. Nos últimos dias, a Reforma da Previdência pautou os debates no Parlamento. Com a união de lideranças e gestores municipais, lutamos na Câmara para que os Municípios fossem incluídos na matéria. A nossa batalha vai continuar no Senado. Uma reforma que é para o país não pode deixar de fora os entes que mais necessitam de uma mudança.

Estivemos em reuniões com autoridades do governo federal, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), com os integrantes das frentes parlamentares mistas em defesa dos Municípios Brasileiros (FMB) e do Pacto Federativo (FPFF). Também tivemos a oportunidade de apresentar nossa pauta a diversos parlamentares, pelos corredores do Congresso Nacional.

Conseguimos o apoio do presidente da Câmara, e o compromisso do presidente do Senado Federal para a inclusão dos Municípios no texto, que



deve ser deliberado pelos senadores ainda neste semestre. O ministro da Economia, Paulo Guedes, também está conosco nesse mesmo entendimento. A agenda de trabalho tem sido intensa, e tem valido a pena. Não vamos desistir de incluir os Municípios na reforma da previdência. Estamos avançando com a pauta prioritária municipalista, mesmo com tantos assuntos paralelos importantes para o Brasil em destaque. Aos poucos, os compromissos assumidos durante a *XXII Marcha* vão se tornando realidade, e isso não é mérito individual, pois muitos parlamentares municipalistas têm nos apoiado; o time do movimento está focado, cada um tem sua importância no jogo político.

Somos parte dessa mudança e não faz sentido nos deixar de fora. Mas nossa força vai além, porque nossa motivação é melhorar a vida das pessoas. Além da reforma da previdência, queremos também a regulamentação do pacto federativo e uma reforma tributária.

Glademir Aroldi, presidente da CNM

Família Municipalista

Visita de gestores à CNM

ANTÔNIO BARBOSA DE SOUSA Prefeito de Assis Brasil/AC	DANIEL HINNAH Prefeito de Panambi/RS	BEVILACQUA MATIAS MARACAJA Prefeito de Juazeirinho/PB	JURANDIR DA SILVA Prefeito de Coronel Bicaco/RS	ALEXANDRE LUNELLI Prefeito de Brasil Novo/PA	
SARAIVA JUNIOR Prefeito de Capistrano/CE	GUILHERME RECH PASIN Prefeito de Bento Gonçalves/RS	CAMILLE VASCONCELOS Prefeita de Vigia de Nazaré	FÁBIO VINICIUS POLIDORO Vice-Prefeito de Pedreira/SP	COMITIVA DE PREFEITOS DE GOIÁS	

Ag. CNM

Entrevistas

Presidentes de frentes parlamentares destacam avanços e desafios

Silvio Costa Filho (PRB-PE) é presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Novo Pacto Federativo (FPPF) e vice-presidente da comissão especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019, da Nova Previdência. O deputado exerce seu primeiro mandato no Legislativo federal, mas acumula experiência política em seu Estado como vereador, entre 2004 e 2006; e deputado estadual, de 2007 a 2019. Desde que assumiu o mandato na Câmara, aproximou-se do movimento municipalista ao defender pleitos da gestão local.

A implementação da FPPF vai ao encontro de pleito de mais de 20 anos, que é uma distribuição mais justa de recursos entre União, Estados e Municípios. Qual tem sido a estratégia de trabalho para regulamentar um novo pacto?

R: Eu entendo que o futuro

do Brasil não está apenas em Brasília, ele está sobretudo nos Estados e nos Municípios. Até porque é nas cidades que a população vive e sente os problemas diários, os problemas sociais, e é preciso que cada vez mais nós possamos aumentar a capacidade de investimento dos Municípios e desenhar e trabalhar por políticas públicas que possam melhorar a qualidade de vida da população. Antes da Constituição de 1988, 70% do que se arrecadava ficava nas mãos de Estados e Municípios e 30% nas mãos da União. Nesses últimos anos a pirâmide se inverteu. Hoje quase 70% fica nas mãos de Estados e Municípios. O novo pacto federativo que a gente está construindo ao lado da CNM, com a criação do nosso grupo de trabalho com o Ministério da Economia, a Câmara, o Senado e as frentes parlamentares, onde esse grupo técnico está discutindo propostas e ideias sobre o novo pacto federativo.

Como se dá a parceria da FPPF com a Frente em Defesa dos Municípios e a CNM para debater e garantir avanços da pauta municipalista?

A gente tem discutido no GT todo diagnóstico e os problemas sobre os Municípios do Bra-

sil. E desenhando no governo novas fontes de receitas para investir e repassar para os Municípios. Paralelamente, alguns projetos estão sendo debatidos e vêm avançando aqui na Casa. Por exemplo, o 1% do FPM, que nós aprovamos na comissão especial. Também, fui relator da PEC 48 – uma proposta que trata de emendas fundo a fundo, ou seja, recursos diretos que não precisam passar pela Caixa Econômica Federal (CEF). Na reunião do GT pacto federativo nós estamos discutindo ainda o bônus da cessão onerosa – que serão quase R\$ 500 bilhões de reais que vão entrar nos cofres públicos da União nesses próximos 30 anos. Estamos discutindo a legalização dos jogos, que são novas fontes de financiamento para Estados e Municípios. Então eu acho que é um debate muito sério, muito organizado que esse núcleo está fazendo, com muita responsabilidade.

Veja a entrevista completa:



Herculano Passos (MDB-SP) é presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios (FMB) desde maio de 2017, quando foi anunciada durante a XX Marcha a Brasília. O deputado foi membro da comissão especial que aprovou a PEC 391/2017 que propõe o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ele também é membro do grupo de trabalho que discute as pautas do pacto federativo junto ao governo federal.

A Frente Parlamentar em Defesa dos Municípios foi lançada há cerca de dois anos. De que forma a Frente tem atuado para fazer avançar pautas que vão trazer melhores condições de vida à população brasileira?

R: Nestes dois anos de atividade, a Frente Parlamentar em Defesa dos Municípios tem atuado de forma a impulsionar os projetos que beneficiam os Municípios e barrar aqueles que os prejudicam. Durante o primeiro ano de criação, trabalhamos para fortalecer a FMB. Para isso, nos reunimos com as bancadas partidárias da Câmara dos Deputados, apresentando a pauta municipalista e buscando parlamentares para apoiar a causa. Hoje, somos 337 deputados e

senadores comprometidos em defender os interesses das cidades. Entre as propostas que foram aprovadas e que já estão em vigor está a aprovação do Encontro de Contas das dívidas dos Municípios com o Instituto Nacional de Seguro Social. Ele possibilita que Municípios que têm dívidas, mas também dinheiro a receber da Previdência, tenham os créditos abatidos dos débitos, reduzindo o valor a pagar. A FMB, junto com a CNM, também atuou para a aprovação da Lei Complementar 157/16, que altera a distribuição do Imposto Sobre Serviço (ISS). A principal mudança está na arrecadação do ISS sobre operações com cartões de crédito, débito, leasing e planos de saúde. A nova regra determina que o imposto seja recolhido no Município onde ocorreu a operação e não na cidade sede da empresa operadora. Apesar de aprovada pelo Congresso Nacional, a alteração está suspensa pelo Supremo Tribunal Federal. Para resolver o impasse, a FMB e a CNM já trabalham para a aprovação de uma

lei específica, que deve ser aprovada neste segundo semestre.

O que os Municípios podem esperar para o segundo semestre no Congresso Nacional em relação às pautas prioritárias?

R: A FMB, que neste ano ganhou o reforço da Frente do Pacto Federativo, trabalhará ainda para a aprovação da PEC da cessão Onerosa, que trata da distribuição dos royalties do petróleo para os Municípios; a aprovação da Lei Kandir, que está pronta para ser votada em Plenário; a alteração da Lei de Licitações, que irá desburocratizar os processos; a PEC que aumenta em 1% o Fundo de Participação dos Municípios em setembro; e a PEC 40/2019, que trata da execução direta das emendas individuais dos parlamentares para os Municípios. Para os próximos meses, a Frente do Municípios atuará amplamente para que os Municípios também tenham uma reforma previdenciária. A inclusão destes Entes federados não foi possível na Reforma que já está praticamente aprovada, mas deverá acontecer por meio de uma nova PEC.



Institucional

Confederação capacitou cerca de 9 mil servidores municipais

Capacitar 6 milhões de servidores municipais em várias áreas da administração pública local por meio do **CNM Qualifica**. A busca para alcançar essa meta começou em fevereiro e já alcançou quase 9 mil participantes em poucos meses de encontros em Municípios de todas as regiões do país. A realização desses eventos já traz resultados com a iniciativa do público de formar parcerias com entidades estaduais para a criação de redes de fortalecimento do movimento municipalista em diversas áreas. Os eventos do projeto são gratuitos para os Municípios contribuintes com o movimento municipalista.

A iniciativa da Confederação Nacional de Municípios (CNM) já promoveu mais de 70 edições em todo o Brasil. A primeira ocorreu no dia 27 de fevereiro na cidade de Porto Velho, em Rondônia, onde foram abordadas as alternativas para o incremento das receitas municipais. O encontro com o maior público ocorreu em março na cidade de Palmas, em Tocantins. Na ocasião, os 258 participantes conheceram oportunidades para o financiamento da gestão local.

Temas como a importância de firmar parcerias por meio dos consórcios públicos para ajudar a viabilizar obrigações da administração municipal, a gestão da saúde básica e a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) também estão entre os assuntos em discussão nos eventos. A municipalização do trânsito, ferramentas de oportunidades de captação de recursos com transferências de recursos aos Municípios disponibilizada pela CNM (Plataforma Êxitos), a Plataforma + Brasil e a Nova Previdência são os outros destaques nos debates de Norte a Sul do país.

Resultados

A interação do público tem sido positiva nas edições do evento. Ao final dos encontros de capacitação de recursos, foi proposta pelos participantes a criação de redes estaduais que agreguem os técnicos municipais responsáveis pelo acompanhamento das transferências de recursos da União para execução de obras e engenharia, contratação de serviços, aquisição de equipamentos e materiais permanentes das chamadas transferências voluntárias.

“Todos tiveram a oportunidade de saber várias formas de captar recursos para os Municípios e trabalhar os seus setores de convênios de forma cada vez mais centralizada”, reforçou a gestora de convênios de Maceió (AL), Janine Queiroz, ao participar do CNM Qualifica na capital alagoana.

Foi criado também o colegiado estadual de gestores municipais de convênios e contratos, além de um núcleo de orientação aos Municípios para usabilidade da Plataforma Êxitos e outras ferramentas que a CNM disponibiliza para os Municípios filiados. Ainda houve a implementação de um núcleo de atendimento e suporte aos Municípios para o acesso e utilização de todas as informações sobre oportunidades e programas de que a plataforma dispõe.

Rede

A CNM tem fortalecido uma rede técnica que envolve as entidades municipalistas estaduais, dando toda orientação e suporte para que cada entidade faça parte deste grande processo de mudança em curso. A utilização de canais de comunicação para a troca de informações entre os Municípios foi a sugestão apresentada pelos participantes do CNM Qualifica que abordou a temática do Trânsito e da Mobilidade.

Depois da realização de uma edição em Vitória (ES), o público decidiu criar em uma rede social o grupo denominado Trânsito Seguro ES. Por meio dele, os membros interagem sobre campanha de educação de trânsito, projetos de segurança e sinalização. A CNM também tem avançado em estabelecer cooperação com a Atricon e o Instituto Rui Barbosa



“A gente agradece muito o que foi exposto no CNM Qualifica de Recife. Um conteúdo fabuloso sobre plataformas que com certeza irá mudar a figura dos Municípios. Vai me auxiliar muito no trabalho de controladoria com a captação de recursos e acompanhamento dos convênios”, destacou o controlador da cidade de Salgueiro (PE), Leonardo Parente.

para construir novas qualificações voltadas ao tema da gestão contábil-financeira-orçamentária dos consórcios.

Além disso, pretende articular para que haja uniformização nas orientações pelos tribunais estaduais e da União. A comitativa da CNM segue com a programação dos encontros que pode ser conferida no site do **CNM Qualifica** por meio do endereço: <http://cnmqualifica.cnm.org.br>.

 Artigo

Interiorização + humana: acolhida responsável dos venezuelanos



Na Venezuela, uma dramática crise oriunda de diversas instabilidades como desemprego, alta da inflação, recessão econômica e escassez de recursos básicos está fazendo com que parte de sua população se desloque para países vizinhos – sendo que um dos destinos é o Brasil, via Estado de Roraima nos Municípios de Pacaraima e Boa Vista. Com os embates ocorridos entre situação e oposição no início do mês de maio, estima-se que a migração aumente ainda mais, pois somente no dia 30 de abril deste ano, de acordo com a Polícia Federal, quase 900 venezuelanos entraram no Brasil.

No mês de outubro de 2018, a Polícia Federal apontou que 154.920 atravessaram a fronteira, deste total 75.518 solicitaram asilo ou refúgio, 54.560 saíram do Brasil pela via terrestre e 24.842 pela via aérea. Aqueles que chegam encontram dificuldades para encontrar trabalho, moradia – pois muitos vivem em praças e ruas – e acesso aos demais direitos sociais básicos. Devido aos já sobrecarregados serviços básicos municipais e em razão da impossibilidade orçamentária municipal, foi instituído pelo governo federal um Plano de Interiorização, visando atender a demanda de migrantes, com o objetivo de desenvolver estratégias para integração desses em Municípios brasileiros.

Os Entes locais brasileiros não possuem uma arrecadação financeira suficiente para cumprir com suas tarefas e garantir direitos para todos que estão no território, devendo ser observada a importância da cooperação entre os Entes federados – tanto estrutural como financeira –, concretizando-se o ideal do federalismo cooperativo municipalista. Uma das etapas do pla-

no apresentado ocorreu em março, sendo que 5.250 migrantes foram realocados para outros Municípios. O grupo teve como destino 14 cidades, analisando-se que o Estado com maior recebimento é o Rio Grande do Sul (918), seguido por São Paulo (877) e Paraná (545).

Esse plano é coordenado pelo Subcomitê Federal que envolve nove ministérios, considerando ainda a atuação da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Tais instituições identificam os locais de acolhida, auxiliando na realização de melhorias nas moradias, organizando a recepção nos Municípios de destino. Nessa mesma perspectiva atua a Confederação Nacional de Municípios (CNM), identificando as particularidades de cada Ente local, divulgando o plano para que fique claro aos prefeitos os objetivos do projeto, bem como na elaboração de um plano de trabalho interno para manutenção dos direitos sociais de migrantes e refugiados.

Esse plano de interiorização precisa de melhorias, como a necessidade de investimento em aulas de Português, tendo em vista o baixo percentual daqueles que compreendem o idioma, bem como a contratação de profissionais na área – na mesma linha a profissionalização dos serviços realizados pelos voluntários, com a capacitação desses e agentes públicos locais, visando ao fortalecimento das atividades da sociedade civil em grandes áreas de destaque, como saúde e educação.

Tais questões demandam de recursos financeiros, humanos e estruturais, restando demonstrada a importância de termos uma estrutura federalista cooperativa municipalista no Bra-

sil, pois esse ideal vem materializado na reparição de competências verticais, fundamentando-se na ideia de que Entes nacional, estaduais e locais têm como finalidade o desempenho da tarefa estatal em benefício a todos que estão no território. Destaca-se que o Plano de Interiorização está em andamento e que ao final do mês de abril novos recursos foram liberados pelo governo nacional. Para que o plano se concretize é necessária a cooperação entre os Entes superiores para com os Municípios onde os migrantes então sendo realocados – garantindo acesso a todos os direitos sociais consagrados constitucionalmente.

Nesse sentido, com prioridade na pauta da CNM, a campanha “Interiorização + Humana” oferece oportunidades de inserção socioeconômica em parceria com o governo federal e organismos internacionais. Objetivando a acolhida mais humanizada dos venezuelanos que chegam ao Brasil, trata-se de um trabalho e acesso a direitos humanos básicos, proteção, integração social e inserção no mercado de trabalho.

Ricardo Hermany é consultor jurídico da Confederação Nacional de Municípios e professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul.

Daniela Arguilar Camargo é bolsista da Confederação Nacional de Municípios e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul.

Tecnologia

Modelo de excelência: novo paradigma para as transferências da União

O Modelo de Excelência em Gestão das Transferências Voluntárias da União (MEG-Tr) propõe novo referencial metodológico para aprimorar a gestão das transferências da União. Sua implantação, em nível nacional, deve ocorrer ainda este ano, por meio de instrução normativa. O sistema traz uma régua de pontuação – entre 100, 250 e 500 pontos – para medir e orientar a adoção de práticas, com a finalidade de promover padrões elevados de desempenho e a qualidade em órgãos e entidades que operam as transferências.

Foi desenvolvido a partir de três pilares fundamentais: **universal**, alinhada aos fundamentos e aos princípios da gestão contemporânea; **particular**, submetida aos valores constitucionais e legais; e **de Estado**, envolvendo órgãos e entidades públicos dos três poderes e das três esferas de governo. A partir de sete fundamentos, inspirados no modelo chinês de quebra-cabeças geométrico, Tangram, o modelo almeja melhorar a gestão, além de condicionar o repasse de recursos às notas obtidas.

Ao final da implantação, o desempenho dos Entes nos indicadores será usado para definir recebimento ou não de recursos.

Inspirado no antigo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública) – criado em 2015 para trazer soluções nas ações públicas com impacto direto no cidadão –, o MEG-Tr promete aprimorar a efetividade das políticas públicas, atendendo aos critérios de excelência para a governança, pelo Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), previstos na Portaria 66/2017. Benefícios e vantagens vão desde a melhor qualidade na gestão, a partir de um modelo que propõe contínuo aperfeiçoamento, à possibilidade da troca de experiências entre organizações.

No quesito fortalecimento da imagem e institucional, o modelo melhora a medição do desempenho com foco em resultados; comprometimento, divulgação e instrumentos que possibilitem diagnóstico do sistema gerencial; e a criação da cultura do *benchmarking* – que é um instrumento de gestão capaz de viabilizar comparação de produtos, serviços e práticas desenvolvidas. Uma primeira experiência ocorreu no Instrumento de Avaliação da Gestão dos Concedentes e Convenientes das Transferências da União



(IAG-Trv 100 Pontos) – projeto-piloto desenvolvido em parceria com o governo do Distrito Federal, em 2018.

No entanto, a formação de multiplicadores tem ocorrido, simultaneamente, aos **Fóruns Regionais** de Fortalecimento da Rede +Brasil. O Ministério da Economia (ME) ainda vai incorporar novos indicadores para monitorar a gestão das transferências voluntárias e, neste sentido, impactar a avaliação feita por meio do sistema. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) tem acompanhado a incorporação de indicadores pelo Departamento de Transferências Voluntárias da União (DETRV) na gestão das transferências voluntárias da União, que é um dos indicadores do MEG-Tr.

A entidade informa: uma aba no Painel Transferências Abertas +Brasil dispõe o IDTRV, e os gestores já podem acessar para conferir a classificação de sua cidade no modelo de Excelência em Gestão. A CNM explica ainda que o índice objetiva avaliar o desempenho quanto à qualidade das suas propostas e no processo de gestão dos instrumentos firmados com a União. O IDTRV é composto por 12 indicadores, e a nota de cada um desses indicadores pode variar de 0 a 1.

CONQUISTA

Uma grande conquista para Municípios com cláusulas suspensivas de convênios e contratos firmados em 2017. A Portaria Interministerial 261/2019 prorrogou prazo para **até 31 de dezembro**, quando necessário e excepcionalmente, com objetivo de evitar o cancelamento do repasse de financiamento. O vencimento das cláusulas suspensivas é determinado de acordo com as tipicidades dos convênios, e, desde 2017, a CNM tem apresentado a demanda a integrantes do governo, da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

A CNM também tem acompanhado, na Comissão Gestora e no Comitê da Plataforma +Brasil, as discussões sobre o prazo de entregas de documentos como projetos de engenharia, licença ambiental e matrícula de terra, principalmente quando os respectivos documentos dependem da emissão de outros Entes e órgãos. Inicialmente, a proposta do governo é reduzir o prazo dessa prerrogativa para entrega de documentos, que atualmente é de até 18 meses. No entanto, isso ainda está em debate e deve permanecer na pauta ao longo do ano.

 Congresso

Unificar eleições é pleito para economizar e integrar gestão pública

Com a proposta de reduzir gastos e melhorar a eficiência da gestão pública no Brasil, prefeitos estão unidos em prol da unificação das eleições. Se isso ocorrer, a estimativa de economia é de cerca de 4 bilhões de dólares, o equivalente a aproximadamente R\$ 16 bilhões e ao custo de um pleito eleitoral no país. O movimento municipalista, com apoio da Confederação Nacional de Municípios (CNM), se mobiliza para pautar o tema no Congresso Nacional.

A medida precisa ser aprovada por meio de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) – o caminho inclui, primeiro, a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados; depois, o tema passa para análise de uma comissão especial. Em seguida, é pre-

ciso ter o aval dos parlamentares, em dois turnos, nos Plenários da Câmara e do Senado. Além disso, para as alterações valerem já nas eleições de 2020, todo o trâmite tem de ser concluído até setembro, incluindo a promulgação da lei.

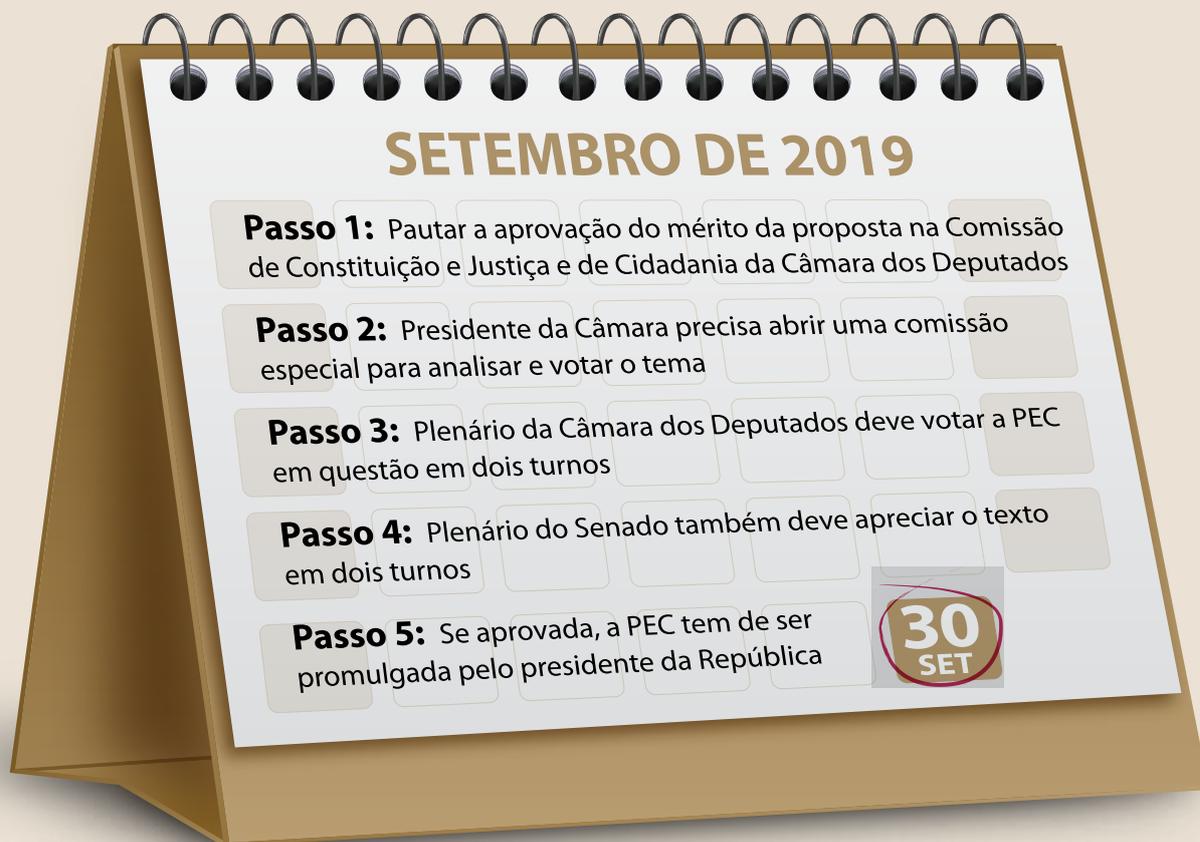
Diferentes propostas estão em análise e tramitam juntas na Câmara. Elas estão apenas à PEC 376, de 2009, que estabelece a coincidência geral dos pleitos para todos os mandatos eletivos. Em encontro na sede da Confederação em junho, o relator da proposta, deputado Valtenir Pereira (MDB-MT), explicou que, atualmente, são consideradas três possibilidades para a unificação: prorrogação do mandato atual, eleição municipal em 2020 para dois anos, ou eleição em 2020 para mandato de seis anos.

MAIS EFICIÊNCIA

Entre os benefícios da unificação, além da economia de recursos públicos a cada dois anos, há destaque para as melhorias na administração pública. No sistema atual, a gestão municipal é afetada – já no segundo ano de mandato – pelas eleições federais e estaduais, o que leva a uma certa paralisia da máquina pública.

“Tivemos eleição no ano passado e teremos [se nada mudar] no ano que vem de novo. Isso é bom para as políticas públicas que beneficiam as pessoas mais necessitadas do país? Não. Porque os orçamentos não dialogam. O ideal é que fossem feitos no mesmo ano, com alinhamento entre os Poderes, com economia e agilidade”, defende o presidente da CNM, Glademir Aroldi.

Entenda o caminho para unificar as eleições



PRAZO - Todo o trâmite deve ser feito até 30 de setembro para valer já em 2020


 Institucional

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

entenda por que Municípios não podem ficar de fora

O poder público municipal é o maior empregador do Brasil, com quase 400 milhões de servidores estatutários. Dos 5.568 Municípios, atualmente, **2.108** têm Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e o texto da reforma da previdência pode reduzir em **R\$ 41 bilhões** as dívidas previdenciárias dessas localidades, em quatro anos. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) projeta que os benefícios financeiros para essas prefeituras chegarão a **R\$ 170 bilhões**, em dez anos. Contudo, o mais importante é a diminuição do *déficit* atuarial de **41%**, em média.

Em posse desses números, o movimento municipalista está na luta para que o texto da reforma – aprovado pelo Plenário da Câmara – contemple os Municípios. Isso porque, após ter sido aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, com a redação original no aspecto de manter Estados e Municípios, o substitutivo do

relator da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019 – deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) – retirou os Entes estaduais e municipais do texto.

A última versão do relatório foi aprovada pelos deputados, com 379 votos favoráveis e 131 contrários. O **Movimento pela Inclusão dos Municípios na Reforma da Previdência**, liderado pela CNM e pelas entidades estaduais e microrregionais municipalistas, reuniu centenas de prefeitos, em Brasília, nos dias 9, 10 e 11 de julho. Depois de reunião com parlamentares nos corredores da Câmara, nos gabinetes, na sede da CNM e no auditório Nereu Ramos, o presidente CNM, Glademir Aroldi, se reuniu com o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Simultaneamente, o ex-presidente da entidade Paulo Ziulkoski se reuniu com presidente

da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Uma segunda opção se concretizava, incluir os Entes municipais nas novas regras por meio de emenda no plenário do Senado. Aroldi explica que os presidentes das duas Casas legislativas são favoráveis à estratégia, por conta da dificuldade de avançar na votação entre deputados.

“Foi construído o acordo para que a reinclusão dos Municípios no texto ocorra quando a PEC da Reforma da Previdência estiver em análise já no Senado”, afirma o presidente da CNM. Ziulkoski explica que a proposta é subdividir a emenda – separando a inclusão de Estados e Municípios em artigos diferentes. “Porque quando voltar para a Câmara, há resistência dos governadores. Temos de trabalhar separado porque assim teremos maior viabilidade”, explicou. A mobilização agora será nos Estados e os prefeitos, junto com entidades, devem se reunir com os senadores para pedir apoio à proposta.

Atuação

JANEIRO

Em evento no Piauí, Aroldi afirma a importância da votação da reforma da Previdência para o Brasil e para os Municípios.

FEVEREIRO

- ⊕ CNM se reuniu com o secretário de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, para debater pautas prioritárias e a urgência em atualizar o sistema previdenciário, visto que os Municípios com RPPS terão alíquotas patronais reduzidas substancialmente.

- ⊕ O presidente da República, Jair Bolsonaro, entregou PEC 6/2019 ao Congresso. Dias depois, Aroldi recebeu o secretário de Previdência, Leonardo Rolim, para Bate-papo com a CNM sobre o texto.

MARÇO

Reuniões de preparação para a XXII Marcha – Unidos pelo Brasil –, principalmente com representantes do Ministério da Economia, trataram da pauta prioritária e do impacto da reforma da previdência. Durante o evento, a liderança municipalista entendeu a proposta benéfica e manifestou apoio à reforma.

ABRIL

- ⊕ Novamente, Aroldi se reuniu com Rogério Marinho para tratar de pontos da nova previdência em relação aos pleitos municipais. A CNM destacou o papel do governo de promover isonomia para as administrações municipais.

- ⊕ A CCJC da Câmara aprovou a admissibilidade da nova previdência. Dias depois, Rodrigo Maia instalou a comissão especial para analisar o mérito.

01

02

03

04



Ag. CNM



Ag. CNM



Ag. CNM

MAIO

- ⊕ Aroldi apresentou emendas ao texto durante reunião organizada pelas Frentes Parlamentares Mistas em Defesa dos Municípios (FMB) e do Pacto Federativo (FPPF), com a participação do secretário de Previdência; do presidente da comissão especial, deputado Marcelo Ramos; e dos presidentes das frentes, Herculano Passos (MDB-SP) e Sílvio Costa Filho (PRB-PE).
- ⊕ Demandas municipais foram entregues ao senador Ciro Nogueira (PP-PI) e a parlamentares, inclusive a reforma da previdência.
- ⊕ Aroldi discutiu o tema com o ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, na época, Carlos Alberto Santos Cruz.
- ⊕ CNM apoiou emenda aditiva à PEC do deputado Júlio César (PSD-PI) sobre as regras do financiamento da seguridade social para promover a redistribuição da Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas com Estados e Municípios.
- ⊕ Em articulação no Congresso, Aroldi e o ex-presidente Paulo Ziulkoski conversaram com deputados sobre o texto do relator e entregou ofício mostrando o impacto nos Municípios.

JULHO

- ⊕ Aprovado pela comissão especial, o texto manteve Estados e Municípios fora da reforma. Também vedou a migração do RGPS para o RPPS, impediu a aplicação de alíquota extraordinária pelos Entes e manteve o rompimento do vínculo do servidor aposentado apenas a partir da publicação.
- ⊕ Durante a mobilização da CNM e das entidades estaduais e microrregionais, a liderança do partido Novo na Câmara prometeu apresentar um destaque para incluir Estados e Municípios na Reforma da Previdência.
- ⊕ O risco de a PEC não ser aprovada, por conta de divergência políticas, fez quem com a emenda do Novo fosse retirada e impediu a apresentação de novo destaque que garantisse a inclusão apenas dos Entes municipais.
- ⊕ Alcolumbre se comprometeu a pautar o tema, abrindo a possibilidade de incluir os municípios nas novas regras por meio de emenda no plenário do Senado.
- ⊕ O substitutivo do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) foi aprovado pela Câmara.

JUNHO

- ⊕ CNM lançou a campanha **Movimento Municipalista pela Reforma da Previdência – Equilíbrio para o Brasil**.
- ⊕ Aroldi defendeu a permanência de Municípios na reforma da previdência na 5ª Reunião do Fórum dos Governadores”.
- ⊕ Bancada federal gaúcha e o governador do Rio Grande do Sul (RS), Eduardo Leite, se reuniram na CNM. Cerca de 20 parlamentares presentes concordaram com a manutenção de Estados e Municípios no texto.
- ⊕ Com a retirada de Estados e Municípios do relatório, a CNM enviou mensagem aos prefeitos, solicitando contato com os parlamentares e com o relator para pedir a inclusão dos Entes locais.
- ⊕ Aroldi passou na 1ª reunião de deliberação da comissão especial e conversou com integrantes do colegiado sobre a importância do texto para os Municípios.
- ⊕ Com o apoio do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), a CNM protocolou requerimento de destaque de bancada, apresentado pelo bloco PP/MDB/PTB, pedindo votação em separado da expressão “vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social”.
- ⊕ Ao participar de reunião com governadores, Aroldi entregou manifesto ao presidente da Câmara, detalhando o impacto negativo que a exclusão dos Entes municipais.

Meses de debate construtivo

A participação de entidades representativas nas decisões políticas, principalmente no Congresso Nacional, se dá em parte pelas audiências públicas. Com a renovação recorde do quadro no Legislativo, a retomada de antigos projetos e a apresentação de novos, esses espaços tornam-se a oportunidade para os gestores municipais dialogarem com parlamentares e defenderem seu ponto de vista e necessidades. Neste primeiro semestre, a Confederação participou de debates importantes. Para o presidente Glademir Aroldi, o reconhecimento da representatividade da CNM em um momento de reformulação econômica e administrativa no país é resultado de décadas de trabalho técnico e político da entidade e dos Entes que ela representa.

De abril a junho, a CNM participou como convidada em sete audiências, convocada por deputados e senadores de diferentes partidos e Estados. Sem contar as que técnicos, membros da diretoria e o próprio presidente da Confederação estiveram como ouvintes. Em alguns casos, as discussões trataram de projetos específicos em tramitação; e, em outros, os legisladores buscaram apenas fomentar o debate sobre problemas pontuais e que precisam de uma atuação conjunta entre os poderes e diferentes níveis de governo. Os temas vão desde mais recursos financeiros para a administração municipal – a fim de lidar com as atribuições repassadas a esses Entes – a questões estruturais, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e obras paradas.

16 DE ABRIL – SANEAMENTO: ao lado do ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, a supervisora de Desenvolvimento Territorial, Cláudia Lins, falou dos impactos da Medida Provisória 868/2018 nos Municípios. Ela lamentou que, nos últimos anos, a União priorizou os empréstimos em detrimento de apoio técnico e aportes financeiros diretos. Segundo Cláudia, a proposta em análise, além de ferir a autonomia da gestão municipal, abria espaço para as

localidades pequenas serem ainda mais prejudicadas pela falta de interesse da iniciativa privada em assumir o serviço.

23 DE MAIO – MOBILIDADE: sobre o Projeto de Lei (PL) 4.881/2012, que trata da Política de Mobilidade Urbana, a técnica da área de Planejamento Territorial, Karla França, mostrou um perfil dos Municípios das Regiões Metropolitanas e os desafios para cumprimento do Estatuto da Metrôpole. Outros pontos destacados foram financiamento e fundos setoriais

9 DE MAIO – OBRAS PARADAS: para dar continuidade a projetos e construções da educação infantil que estão paralisados, como as creches, é necessário, primeiro, não assumir novas responsabilidades. Depois, definir os recursos financeiros e as condições para a retomada das obras. Aroldi, que, em sua fala, destacou as dificuldades enfrentadas pela gestão municipal, dividiu a mesa com representantes da Caixa Econômica Federal, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da Associação de Municípios Alagoanos (AMA).

30 DE MAIO – FUNDEB: Com o fim da vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em 2020, alguns projetos que tramitam no Congresso buscam tornar o mecanismo de financiamento definitivo, aprimorando-o. No Senado, o supervisor da Assessoria Parlamentar da CNM, André Alencar, esteve com a governadora Fátima Bezerra para falar o que esperam os governos municipais e estaduais.

21 DE MAIO – FUNDEB: Na Câmara, Alencar apresentou sugestões especificamente à PEC 15/2015. Além do aumento na complementação da União ao Fundo, ele defendeu novos critérios para uma distribuição mais justa, a manutenção de 60% como mínimo para pagamento de pes-



Ag. Câmara

soal, a definição do piso nacional do magistério em legislação própria, o recurso da merenda como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e a exclusão do 1% do FPM no Fundo – que passaria, portanto, a ser dividido com Estados.

11 DE JUNHO – SUS: o supervisor de Desenvolvimento Social, Denilson Magalhães, esteve no Senado para apresentar um panorama municipal do quadro de médicos e do Sistema Único de Saúde (SUS). Além das dificuldades enfrentadas para descentralização dos profissionais e contratação depois das mudanças no Mais Médicos, ele comprovou, por números, os esforços para o Município manter as equipes do Programa Saúde da Família.

11 DE JUNHO – 1% FPM: um dos projetos prioritários ao movimento municipalista, a PEC 391/2017 foi tema de audiência com CNM, IBGE, Tesouro Nacional, Tribunal de Contas e Frente Nacional dos Prefeitos. Na ocasião, Aroldi lembrou que o FPM é a única transferência com caráter redistributivo. “Coloca dinheiro no Município mais pobre. Sem contar que 25% vão ser aplicados em educação e, no mínimo, 15%, em saúde pública, beneficiando a população brasileira.”

Ag. Senado



Institucional

Avanço: comissão especial aprova 1% do FPM de setembro

O movimento municipalista liderado pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, mais uma vez mostrou o seu poder de mobilização e conseguiu sensibilizar parlamentares da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados sobre a urgente necessidade do repasse adicional de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no mês de setembro. O colegiado atendeu ao pleito e aprovou, de forma unânime, a matéria na Comissão Especial que analisou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 391/2017.

A matéria segue agora para ser apreciada pelo Plenário da Câmara, onde precisa ser aprovada em dois turnos. A expectativa é de que a PEC seja pauta antes do recesso. Como já foi aprovada no Senado Federal, o texto só terá nova deliberação pelos senadores se houver modificações na redação. Caso contrário, seguirá para promulgação. Considerada uma das principais reivindicações da pauta prioritária municipalista, a transferência adicional vai trazer fôlego às finanças municipais e aliviar as dificuldades do grave cenário enfrentado pelas prefeituras com a escassez de recursos.

Atuante em todas as reuniões da Comissão Especial, Glademir Aroldi sempre defendeu que o repasse adicional ajuda a minimizar as desigualdades dos Municípios de pequeno porte. **“O FPM é a única transferência que tem caráter redistributivo, pois coloca dinheiro no Município mais pobre. A aprovação do 1% é essencial para corrigir distorções na Federação brasileira. Agradecemos a todos os deputados desta comissão que aprovaram por unanimidade essa matéria tão importante para a estrutura municipalista brasileira”**, considerou o presidente da CNM.

De acordo com a CNM, historicamente, setembro é um mês de baixa nos repasses. Se a matéria for aprovada em 2019, o Fundo pode crescer até R\$ 5,6 bilhões a partir de 2023. Em princípio, o crescimento será escalonado até chegar a 1%. A reivindicação foi pauta prioritária da *XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*.



CONQUISTAS DE JUNHO

Junho foi um mês de importantes conquistas para o movimento municipalista. Com articulação do movimento, propostas que beneficiarão as administrações públicas municipais avançaram de forma significativa no Congresso Nacional. Entenda algumas delas:



Nova Lei de Licitações – texto base apresentado pelo relator no plenário, deputado Augusto Coutinho (Solidariedade-PE), para o Projeto de Lei (PL) 1.292/1995 e apensados, foi aprovado pela Câmara no dia 25 de junho. A votação foi acordada pelos líderes da Casa, porém os parlamentares decidiram deixar a apreciação dos destaques para depois. Na Comissão Especial, a CNM contribuiu com o relatório; no plenário, o texto passou por modificações, mas a CNM articulou para manter os pleitos da gestão local. Como os destaques têm relevância na versão final do texto, a entidade aguarda apreciação para apresentar posicionamento.



Petróleo – a emenda ao PL 10.985/2018, originado no Senado, que estabeleceu uma nova divisão dos recursos do petróleo da União no regime de partilha, foi aprovada pelo Plenário da Câmara. Pela proposta, 30% desses recursos continuarão com o Fundo Social, 20% com o Brasduto e os outros 50% serão divididos com Estados e Municípios para aplicação em educação e saúde, 30%; e com a União, 20%; também destinados a essas duas áreas. A matéria será reenviada ao Senado. A proposta tenta solucionar impasse entre o governo e geradoras atuantes no mercado livre de energia – onde a negociação do preço não sofre restrições – que não aceitaram os termos da Lei 13.203/2015 para regular o chamado risco hidrológico.



Orçamento impositivo – o Congresso promulgou, no dia 26 de junho, a Emenda Constitucional 100/2019, que torna obrigatória a execução das emendas apresentadas pelas bancadas estaduais ao Orçamento federal. O texto determina que tais emendas corresponderão a 1% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, com exceção de 2020, cujo montante será de 0,8%, conforme acordo com o governo. Com a nova regra, a previsão é que o valor chegue a R\$ 6,7 bilhões no ano que vem – em 2019, foram R\$ 4,6 bilhões. Foram quatro anos de tramitação, e os parlamentares comemoraram a promulgação, inclusive durante a reunião das frentes parlamentares em defesa dos Municípios Brasileiros e do Pacto Federativo na sede da CNM.



Recursos de emendas – a PEC 48/2019 pretende diminuir a burocracia e dar agilidade à execução de recursos destinados aos Municípios. Agora, o texto será analisado por uma comissão especial da Câmara dos Deputados. Se for aprovada, a PEC segue para apreciação em dois turnos no Plenário da mesma Casa. A matéria já tramitou no Senado Federal.

 Congresso

Bancadas federais reforçam atuação do movimento municipalista

Em um mês movimentado com pautas municipalistas importantes em votação e análise no Congresso Nacional, a mobilização de gestores municipais junto aos parlamentares, governadores dos Estados e o presidente da República, Jair Bolsonaro, mostrou a força e a união do movimento municipalista. Em pauta, discussões como Reforma da Previdência, unificação de mandatos, 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além da cessão onerosa.

Piauí

Já no dia 27 de maio, foi a vez da Associação Piauiense de Municípios (APPM) promover reunião com a Bancada Federal do Piauí. O encontro, na sede da CNM, contou com a presença de prefeitos, vereadores, políticos de diversas agremiações, além do presidente da APPM, Jonas Moura.

Sergipe

Também no dia 3 de junho prefeitos sergipanos se reuniram com parlamentares da bancada federal para a discussão de pautas municipalistas que tramitam no Congresso. Deputados e senadores ouviram atentos aos pleitos municipalistas, reforçados pela Federação dos Municípios do Estado de Sergipe (Fames), Christiano Cavalcante.

Bancada Nordestina

Abriendo os encontros das bancadas, representantes do Nordeste promoveram café da manhã no dia 22 de maio. A reunião foi a única dos encontros que contou com a presença do presidente da República, Jair Bolsonaro, de ministros, parlamentares e gestores locais, além do presidente da CNM, Glademir Aroldi.

Bahia

Já no dia 3 de junho, prefeitos, secretários, agentes políticos locais e munícipes estiveram reunidos na Bahia, na segunda edição do Movimento Pró-Município, promovido pela União dos Municípios da Bahia (UPB). O presidente da UPB, Eures Ribeiro, destacou a importância da presença maciça de autoridades políticas. “É uma marcha a favor dos Municípios”, explicou gestor.

Goiás

A sede da CNM foi palco para mais um encontro de bancadas. Desta vez, 253 gestores de Goiás estiveram reunidos com a bancada do Estado no último dia 28 de maio. Organizado pela Associação Goiana de Municípios (AGM) e a Federação Goiana de Municípios (FGM), o evento começou com um agradecimento do vice-presidente da CNM, Haroldo Naves, que também preside a FGM e contou com participação do presidente da CNM, Glademir Aroldi.



São Paulo

Já no dia 11 de junho, foi a vez de líderes do Estado de São Paulo unirem forças. O encontro foi organizado pela Associação dos Prefeitos do Estado de São Paulo (APRESP), presidida pelo prefeito de Igarapava, José Ricardo Rodrigues Mattar. Na oportunidade, mais de cem gestores municipais alinharam ações e traçaram objetivos.

Minas Gerais

No dia 5 de junho foi a vez da bancada parlamentar do Estado de Minas Gerais receber ouvir os pleitos dos gestores municipais. Ao lado do presidente da CNM, Glademir Aroldi, o segundo vice-presidente da entidade e presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM), Julvan Lacerda, enalteceu a importância da união dos líderes mineiros com o movimento municipalista.

Paraná

Centenas de prefeitos e alguns parlamentares da bancada federal do Estado do Paraná estiveram no dia 4 de junho, na sede da CNM. O presidente da Associação dos Municípios do Paraná (AMP), Darlan Scalco, liderou o debate, que contou também com a participação dos presidentes da Associação Goiana de Municípios (AGM), Paulo Rezende, e do presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), José Patriota.

Rio Grande do Sul

Também no dia 11 de junho, os líderes municipalistas do Rio Grande do Sul receberam a bancada federal gaúcha e o governador do Rio Grande do Sul (RS), Eduardo Leite. No encontro, articulado pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), o líder Estadual reforçou a importância de se haver equidade e equilíbrio federativo.



Projeto para fortalecer os ODS nas gestões locais

Com o objetivo de disseminar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) nas gestões locais, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) integra o Estratégia ODS. O Projeto reúne organizações representativas da sociedade civil, do setor privado, de governos locais e da academia com o propósito de ampliar e qualificar o debate a respeito dos ODS no Brasil e de mobilizar, discutir e propor meios de implementação efetivos para essa agenda.

Entre as ações realizadas, estão a seleção e a capacitação de até 75 Municípios para implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a qualificação de lideranças femininas

com apoio do Movimento de Mulheres Municipalistas (MMM).

A primeira ação da Confederação no âmbito do Projeto será o lançamento nos próximos meses de um edital de seleção de até 10 entidades municipalistas – entre estaduais e microrregionais – para que, por meio delas, sejam selecionados posteriormente os Municípios participantes.

Municípios e ODS

Em reunião na segunda quinzena de junho, a CNM, a Fundação Abrinq e as demais entidades integrantes do Projeto definiram a criação de um instrumento para verificar quais Municípios

são mais propícios a implementar os ODS e quais precisam de maior suporte da rede. Essa avaliação ocorrerá por meio da identificação de instrumentos de gestão bem estruturados e de uma governança bem organizada, além do grau de entendimento e conhecimento sobre os Objetivos. Assim, com a análise realizada, a Estratégia ODS poderá definir qual o nível de apoio adequado para cada Município.

Outro ponto debatido foi o processo de adesão dos Municípios ao projeto, o que incentivou o diálogo sobre os métodos necessários para garantir que a região integrante da rede seja atendida da forma adequada.

Rede Municipalista

Bate-papos + acessados em 2019

Prestes a completar três anos no ar, o programa Bate-papo com a CNM conta com mais de 150 edições, transmitidas semanalmente, ao vivo, pela TV CNM. Com duração de 1 hora, o Bate-papo já passou por mudanças no formato, mas sem perder o seu objetivo principal: ser um encontro *on-line*, temático e informal para esclarecer dúvidas sobre temas da gestão Municipal. De janeiro a junho de 2019, foram exibidos 30 programas sobre os mais variados temas, com a participação dos técnicos da Confederação Nacional de Municípios e de convidados externos. Todos exibidos pelos canais do YouTube e do Facebook. Confira agora os temas mais acessados desde o início do ano:



1º – O planejamento da comunicação nos Municípios

O primeiro programa do ano também foi o primeiro no *ranking* dos Bate-papos mais acessados, somando-se as visualizações do Facebook com as do YouTube. A supervisora da Comunicação da CNM, Viviane Cruz, e o Gestor de Redes Sociais da Confederação, Marco Melo, falaram sobre os desafios dos Municípios na área de comunicação, as ferramentas oferecidas pela CNM e deram dicas de como fazer um bom planejamento

Confira na íntegra!

Facebook: <https://www.facebook.com/portalcnm/videos/740402076341840/>

YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=S3HLJtkKQ4&t=2881s>

2º – Nota fiscal de serviços eletrônicos

Transmitido no mês de maio de 2019, esse Bate-papo detalhou para os Municípios o tema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônicos. Dessa conversa participaram o coordenador-geral de Fiscalização (Cofis) e auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil Gustavo Jubé Xavier Nunes e a supervisora do Núcleo de Desenvolvimento Econômico da CNM, Thalyta Alves. Com participação *on-line*, de Marabá (PA), o auditor-fiscal do Tesouro Municipal Wellington Alves da Silva Sobrinho relatou a sua experiência no Município com a utilização do sistema.

Confira na íntegra!

Facebook: <https://www.facebook.com/portalcnm/videos/2625788004161208/>

YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=5I3DX_SE7OQ&t=1s

3º – Operacionalização do Cadastro da Dívida Pública

Transmitido no mês de janeiro, o tema da operacionalização do Cadastro da Dívida Pública (CDP) contou com a participação do Gerente de Informação da Secretaria do Tesouro Nacional, Alberto Cardoso, e do Técnico da área de contabilidade da CNM, Marcus Vinicius. Os participantes detalharam sobre como realizar o preenchimento adequado deste Cadastro, que reúne todas as dívidas e as garantias concedidas pelos Entes da Federação.

Confira na íntegra!

Facebook: <https://www.facebook.com/portalcnm/videos/643369469768932/>

YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=pzYP9BJVaoM&t=366s>

Para assistir às edições anteriores, acesse a *playlist* do Programa no canal TV Portal CNM no YouTube!

Bate-papo com a CNM
Todas as sextas-feiras, às 10h

Transmissão ao vivo
Participe enviando perguntas!

Boas Práticas

Jaboatão dos Guararapes ganha prêmio da ONU por coleta seletiva

Com programa de coleta seletiva que oferece melhores condições de trabalho para catadores de materiais recicláveis, o Município de Jaboatão de Guararapes, em Pernambuco, ganhou o United Nations Public Service Awards 2019 – Prêmio do Serviço Público das Nações Unidas, em tradução livre. A premiação internacional reconhece iniciativas públicas nas áreas de direitos humanos e erradicação da pobreza.

O prefeito da cidade, Anderson Ferreira, recebeu o reconhecimento em cerimônia em Baku, no Azerbaijão, em 24 de junho. “Quando iniciamos a gestão, há pouco mais de dois anos, assumimos um compromisso muito importante de trabalhar para criar ferramentas que, de fato, tenham o poder de mudar a vida das pessoas. A conquista de um prêmio tão importante deixa claro que estamos no caminho certo”, celebra o gestor. Ele explica ainda que o projeto só foi possível porque a prefeitura incluiu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU no Plano Plurianual (PPA) do Município, com a meta de erradicar a pobreza.

Vencedor na subcategoria Trabalho Decente e Crescimento Econômico, o programa de coleta seletiva de Jaboatão, criado há mais de dois anos, soma 75 catadores de duas cooperativas. Os profissionais – que antes trabalhavam em condições insalubres nas ruas e em antigo lixão –, hoje, trabalham em ambiente seguro e com acesso à capacitação contínua. Eles recolherem materiais recicláveis no Município, e a prefeitura, por sua vez, oferece suporte técnico, além de toda a estrutura física.

A renda mensal dos catadores que atuam na iniciativa chega a R\$ 1,2 mil. Além de maior renda e dignidade no trabalho, o programa também propiciou outras melhorias para os profissionais. Mais de 50 famílias de catadores, por exemplo, foram cadastradas pela prefeitura e contempladas com unidades habitacionais por meio do Minha Casa, Minha Vida.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o prêmio é o mais prestigiado reconhecimento internacional de excelência no serviço público. Iniciado em 2003, ocorre anualmente para destacar trabalhos de instituições públicas que promovam uma administração pública mais eficaz e receptiva. Nesta edição da premiação, cinco categorias foram subdivididas com base nos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável.

O Município de Jaboatão de Guararapes (PE) concorreu na divisão que se refere ao oitavo objetivo – a promoção do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos. O ODS 8 reconhece ainda a urgência de erradicar o trabalho forçado e formas análogas a do trabalho escravo, bem como o tráfico de seres humanos, de modo a garantir a todos e todas o alcance pleno de seu potencial e capacidades.



Pref. de Jaboatão dos Guararapes/PE

O que são os ODS?

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas para erradicar a pobreza e a desigualdade integram a **Agenda 2030** – um plano de ação que visa ao fortalecimento da paz universal. O objetivo é promover políticas integradas para alcançar um desenvolvimento sustentável e equitativo. Além de esclarecer dúvidas dos municipalistas sobre o tema, a CNM auxilia os gestores que têm interesse na adesão aos ODS com ações que detalham os 17 objetivos.



Saiba mais em:



Na mídia

Previdência e eleições: mídia nacional ecoa voz do municipalismo

Duas reivindicações municipalistas ganharam destaque nos últimos dias. Enquanto a mídia nacional divulga mais a luta dos Municípios para serem contemplados no texto da reforma da previdência, os jornais locais e regionais focaram em uma proposta de impacto mais abrangente: a unificação das eleições. A voz do municipalismo ecoou em Rádios, TVs, jornais impressos e on-lines.

Para isso, mesmo com a agenda cheia, quase impraticável, por conta da atuação política junto às pastas do governo e a parlamentares, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, não deixou de atender à imprensa. Foram quase 50 solicitações de notas e entrevistas, nos primeiros 20 dias de junho. Antes de fechar o mês, mais de 530 matérias publicadas com menção à Confederação, como exemplo, a matéria no jornal americano The New York Times.

O presidente da CNM reconhece a importância da mídia na história do movimento municipalista. Esse sentimento de parceria faz com que Aroldi atenda aos veículos de comunicação, ainda que seja no intervalo entre agendas ou tarde da noite. Outros temas presentes no debate nacional ganharam espaço, como a reforma no Código Brasileiro de Trânsito (CNT) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

A presença da CNM em debates e audiências não passou despercebida pela imprensa. "Isso mostra que a força do municipalismo brasileiro tem se consolidado. Hoje, já não somos mais vistos com o 'pires na mão' e temos recebido o respeito merecido, que é resultado de quase 40 anos de luta", lembra Aroldi. Ele defende o peso das reivindicações e da pauta prioritária, uma vez que elas impactam diretamente na qualidade de vida da população. Confira algumas das publicações!

O ESTADO DE S. PAULO
Prefeitos ameaçam ir ao STF para ser incluídos na Previdência
Ao 2 mil cidades com regime próprio podem ser incluídas no plano de previdência complementar do Brasil.

ARTIGOS
1% QUE VALE MUITO PARA OS MUNICÍPIOS
PEDRO WESTPHALEN
Deputado federal (Progressistas)
dep.guest@westphalen.com.br

O grau de penúria nos cofres dos municípios não é novidade. Nossos gestores municipais são criminalizados a todo momento, mas a verdade é que, há muito tempo, a inversão da pirâmide federativa impõe cada vez mais atribuições aos prefeitos - sem dar conta da devida contrapartida financeira. Assim, lá na ponta, quem sofre são as comunidades locais, ondo os serviços não são de fato prestados com qualidade à população e onde nenhuma fonte de recursos é dispensável. Em Brasília, o municipalismo está em pauta. Há uma forte mobilização da Confederação Nacional de Municípios (CNM) para garantir que os municípios tenham acesso a recursos suficientes para manter os serviços essenciais e não serem penalizados por não conseguirem pagar as contas. Isso é uma realidade que precisa ser resolvida. Não há como investir nos serviços essenciais sem recursos para minimizar as dificuldades. Um ponto percentual por ano não resolve o problema. É preciso que os municípios tenham acesso a recursos suficientes para manter os serviços essenciais e não serem penalizados por não conseguirem pagar as contas. Isso é uma realidade que precisa ser resolvida.

O ESTADO onli
Entidades defendem que mandato seja prorrogado para "baratear"
UCV-MS e CNM buscam apoio para que projeto passe no Congresso

GLADEMIR AROLDI
pres. Confederação Nacional de Municípios

Municípios alegam que todos têm de seguir regra comum
Argumentos de que as 21 mil cidades com regime previdenciário precisam seguir a mesma regra dos 5,4 mil que estão no PSOS

Bolsonaro flexibiliza código de trânsito
Congresso Proposta do presidente dobra pontos para perder CNH

ESTRATÉGIA
Em busca de apoio à reforma, governo antecipa plano de ajuda a estados

Verba para Defesa Civil cai à metade em 5 anos
Em 2013 e 2015, orçamento destinado a estados e municípios afetados por desastres naturais passou de R\$ 1,61 bilhão para R\$ 842 milhões. País teve pelo menos 987 cidades em estado de emergência

Em ato, prefeitos pedem unificação de eleições
Prefeitos defendem a pauta durante o 2º edição do Movimento Pró-Município, nesta segunda-feira (2)

48 HORAS de ofertas
TEMPO LIMITADO! Aproveite as condições exclusivas que separamos pra você!
Tá difícil usar o smartphone?
Obafone Flip
Cidades para 3 mil cidades
Os números e as telas são grandes e fáceis de ler.

Eventos

Turismo foi pauta em Capitólio; confira a agenda municipalista

A cidade mineira de Capitólio foi o centro das discussões dos desafios para o desenvolvimento do Turismo sustentável e a importância das atividades turísticas como fator gerador de emprego e de renda. Essa temática foi abordada durante o *Seminário Nacional de Governança para o Turismo*, que reuniu prefeitos, especialistas de instituições ligadas ao Turismo e outras autoridades. O encontro foi conduzido pelo primeiro vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM), Julvan Lacerda.

Aproximadamente 800 pessoas lotaram o auditório do evento, onde foram intensificadas as ações para fomentar o turismo nas cidades que possuem esse potencial. O vice-presidente da CNM destacou que o Brasil possui muitas belezas naturais e culturais, mas precisa de incentivos e qualificação. “A gente precisa preparar essa indústria do turismo. Essa atividade tem mais tendência de crescimento hoje do que a de cosmético, que hoje é considerada a que mais cresce no Brasil”, disse.

Outro ponto defendido por Julvan Lacerda foi o fortalecimento do empreendedorismo. Para ele, os gestores têm de comprar essa ideia e torná-la prioridade como forma de desenvolvi-

mento municipal. “Precisamos incentivar o empreendedorismo local. Isso dá resultado muito positivo. E temos parcerias como a do Sebrae [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas] para que isso aconteça”, defendeu.

Apoio

Esse entendimento foi reforçado no discurso do presidente do Sebrae, Carlos Melles. Ele enfatizou a importância de ter a CNM como uma das parceiras para auxiliar os Municípios e disse que a instituição está à disposição para o municipalismo. “O Sebrae está para servir, orientar, prosperar, prosseguir e orientar para uma vida melhor. Estamos à disposição dos Municípios. O Sebrae tem programas que podem servir de instrumentos para que os Municípios prosperem mais”, disse.

Anfitrião do encontro, o prefeito de Capitólio, José Eduardo, fez referência à vocação turística da sua cidade e à relevância de trocar informações. “Esse seminário acontece para reproduzir tudo de bom da experiência e do conhecimento que temos para passar um para o outro. Se cada um de vocês souber extrair essas informações e levar para a sua região, será uma contribuição imensa para a economia local. Nós vivemos es-

sa realidade em Capitólio”.

O evento também foi marcado pela apresentação de vários casos de sucesso de Municípios que encontraram no Turismo o fôlego necessário para incrementar receitas e gerar empregos. A programação do encontro trouxe ainda apresentações culturais e a Feira de Negócios Turísticos Destino do Brasil – Edição Minas Gerais. A CNM ainda disponibilizou um estande de Finanças para esclarecer dúvidas dos participantes. O seminário foi promovido pela CNM em parceria com a AMM e a prefeitura de Capitólio. Também contou com o apoio institucional do Sebrae.

SEGUNDO SEMESTRE

A agenda do movimento municipalista do segundo semestre continua intensa. Edições do CNM Qualifica em todo o Brasil, o Seminário de Direito Tributário, o Encontro Brasileiro das Cidades Históricas, Turísticas e Patrimônio Mundial e o Fórum de Consórcios Públicos estão entre os destaques. Confira o calendário municipalista.

www.governancaparaoturismo.cnm.org.br

Desafio para o desenvolvimento Sustentável nos Municípios



FEIRA DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS DESTINOS DO BRASIL EDIÇÃO MINAS GERAIS

Apoio Institucional:

Realização:

Créditos

O Boletim CNM é uma publicação da Confederação Nacional de Municípios. Todo o conteúdo pode ser copiado, distribuído, exibido e reproduzido livremente, desde que seja citada a fonte. Presidente: Glademir Aroldi - Jornalista responsável: Viviane Cruz - Reportagens: Allan Oliveira, Amanda Martimon, Amanda Maia, Lívia Villela, Mabília Souza, Raquel Montalvão, Viviane Cruz. Colaboradores: Áreas Técnicas da CNM - Fotos: Ag. CNM - Revisão: Keila Mariana de A. O. Pacheco - Design: Themaz Comunicação. Endereço: SGAN 601, Módulo N – Brasília/DF – CEP: 70.830-010 - Telefone: (61) 2101-6000 - Fax: (61) 2101-6008 - E-mail: atendimento@cnm.org.br